

RABISCOS DE UM ESCRIVINHADOR

(Nesta seção reproduzimos algumas das crônicas semanais publicadas pelo responsável por esta revista em "A Federação", jornal da vizinha cidade de Itu. Para identificação e referência bibliográfica indicam-se as datas em que foram publicadas).

291. DEPOIMENTO CURIOSO SOBRE A BAHIA

Em pesquisa que venho realizando na literatura dos viajantes estrangeiros que escreveram sobre o Brasil, tive oportunidade de deparar com um curioso depoimento sobre a Bahia, mais particularmente sobre a cidade do Salvador, constante de duas cartas escritas em 1847 pelo diplomata francês Barão de Forth-Rouen (1809-1886), que naquele ano empreendeu viagem à China, em missão diplomática.

Recorde-se que, na época constituía a capital baiana parada obrigatória para todas as embarcações que seguiam para o Oriente. No caso de Forth-Rouen ocorreu, entretanto, algo mais sério: uma avaria em seu navio, obrigou-o a permanecer na cidade por duas semanas. Dali, julgou-se no dever de dirigir duas cartas ao seu superior, o Ministro das Relações exteriores da França, não só dando conta do ocorrido, como transmitindo suas impressões sobre a cidade do Salvador.

Suas cartas foram divulgadas duas vezes na Europa (1907 e 1913) e só em 1931 foram traduzidas e publicadas na Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. Trata-se de depoimento não muito conhecido, não citado nos catálogos bibliográficos. Encontra-se, entretanto, citado e comentado pela professora Moema Parente Augel, em seu livro **Visitantes estrangeiros na Bahia oitocentista**: 84-86. (São Paulo, Cultrix, 1980).

As impressões da cidade não destoam do que se encontra em diversos outros viajantes estrangeiros da época especialmente quando se refere ao contraste entre a maravilha da natureza e a decepção causada pela cidade em seus aspectos de sujeira e miséria. Numa das cartas cuida, com propriedade, dos aspectos econômicos locais: comércio do açúcar, engenhos, estradas, etc.

Mas, o “depoimento curioso”, que tomo para título desta nota, é o que ocorre na primeira das cartas, ao notar o papel político que a Bahia vinha desempenhando na vida brasileira, numa época em que, dos seis ministros do governo imperial, quatro eram baianos. O que não impedia, a seu ver, que a província da Bahia se considerasse (frase sua) “como completamente independente do governo do Império, e pode-se prever que um dia ela sacudirá o jugo e se separará dele”. Não tenho conhecimento de nenhum outro viajante ou mesmo cronista que tenha tido da Bahia semelhante impressão.

Outra circunstância curiosa: sua estada na Bahia coincidiu com o recebimento de duas notícias contrastantes: o falecimento do filho único de D. Pedro II e, dias depois, o nascimento de uma filha do imperial casal. Naturalmente, como era natural, o governo providenciou homenagens adequadas à natureza de cada um desses acontecimentos. No entanto, o único comentário do ministro francês resume-se nestas palavras: “Estes dois acontecimentos deixaram os habitantes da Bahia completamente indiferentes: tão grande é a despreocupação desta província pelos interesses da monarquia brasileira”.

Como disse, nada até agora encontrei que confirmasse esse sentimento separatista na Bahia daquela época. Não me resta senão apelar aos bons amigos baianos, conhecedores da história local, para que me esclareçam se ele teria efetivamente havido ou se teria sido mera imaginação do barão francês... (29-4-1995).

*

292. RONDON-ROOSEVELT

Não é sem propósito a associação desses dois grandes nomes no título desta nota. Ao deixar a presidência dos Estados Unidos, que exerceu

de 1901 a 1909, Theodore Roosevelt (1858-1919), que costuma ser chamado de “Velho Roosevelt” para distinguir de seu sobrinho Franklin Roosevelt, que por muitos anos também presidiu a nação norte-americana, entendeu de empreender uma jornada aos sertões do Brasil. O governo federal deu todo apoio ao empreendimento do antigo presidente e designou para acompanhá-lo nessa viagem ninguém menos que o então coronel Cândido Mariano da Silva Rondon. Os dois sertanistas entenderam-se muito bem e a própria expedição teve o nome oficial de “Expedição Científica Roosevelt-Rondon”.

Dessa jornada resultou o livro **Through the Brazilian Wilderness**, publicado em Nova York em 1914. Mais de trinta anos ficou o livro de Roosevelt sem divulgação no Brasil. E de repente publicaram-se quase simultaneamente duas edições: uma, pelo Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura em tradução de Luís Guimarães Júnior; e outra pela Companhia Editora Nacional, na coleção “Brasiliana” (vol. 232, de 1944), em tradução de Conrado Erichsen. Tanto uma como a outra vieram ilustradas e com fotografias de Kermit Roosevelt (filho do ex-presidente) e de outros membros da expedição.

Os títulos diferem ligeiramente. Enquanto a da “Brasiliana” adotou um título mais fiel ao original (**Através dos sertões do Brasil**), a do Ministério da Agricultura simplificou-o para **Nas selvas do Brasil**. Esta, aliás, chegou a ser reeditada em 1948, também pelo Ministério da Agricultura, e, bem mais tarde (1976) pela Editora Itatiaia, de Belo Horizonte (em convênio com a Editora da Universidade de São Paulo), integrando a coleção “Reconquista do Brasil” (vol. 35). Esta última edição apareceu quase trinta anos depois da anterior, tempo mais que suficiente para que a obra entrasse para o rol dos livros raros. Quanto ao volume da “Brasiliana”, ficou na primeira edição.

Como foi mencionado, Lauro Müller, então Ministro das Relações Exteriores, designou Rondon para assessorar o “velho Roosevelt” na sua jornada “através dos sertões do Brasil”, e para ela convidou Rondon diversos cientistas que integraram suas expedições anteriores. O mapa de Mato Grosso apresenta atualmente com o nome de “Roosevelt” o antigo rio “da Dúvida”, cujo curso foi novamente reconhecido e corrigido com a expedição Roosevelt-Rondon. Dessa maneira, o nome do antigo presidente norte-americano acabou vinculando-se geograficamente ao Brasil, aliás, numa “nímia gentileza de Rondon”, no dizer de Cândido de Mello Leitão.

Sobre Rondon, é significativo o testemunho de Roosevelt: “A América pode apresentar ao mundo duas realizações ciclópicas: ao Norte, o Canal do Panamá; ao Sul, as conquistas geográficas de Rondon”.

E comentando o livro de Roosevelt, escreveu Vivaldi Moreira; no prefácio à edição de Belo Horizonte: “Estas páginas, escritas com entusiasmo por um homem traquejado no conhecimento de outros homens, estão repletas do nome de Rondon, companheiro e auxiliar incomparável. É visível a admiração que lhe votava Roosevelt, o apreço pela figura do eminente brasileiro, braço direito na expedição. As observações curiosas, registro minucioso e sistemático dos fatos ocorridos na excursão, trabalhos, canseiras e alegrias são registados num estilo direto, sóbrio e agradável de ler, exemplo de comunicação”. (20-5-1995)

*

293. IHGPEL

Numa época de siglas, permito-me usar mais uma, provavelmente desconhecida dos leitores. As iniciais que tomo para título deste “rabisco” referem-se ao Instituto Histórico e Geográfico da cidade de Pelotas, no Rio Grande do Sul, e é de uma recente publicação dessa entidade que pretendo cuidar.

A fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, na época da Regência (1838) estimulou a criação de institutos similares por quase todo o país, muitos deles ainda no século passado. De fato, não há no Brasil cidade de certa importância que não tenha seu Instituto Histórico e Geográfico. No mais das vezes, mas “histórico” que “geográfico”, e às vezes simplesmente “histórico”, mas conservando o nome que em sua origem lhes foi dado. E o mais importante é que quase todos eles mantêm publicações destinadas à divulgação dos trabalhos neles apresentados, ou mesmo colaborações de outra natureza.

Não há, dentre os que têm alguma familiaridade com a pesquisa histórica, quem ignore a importância dessas publicações, especialmente para a história regional, uma vez que, na maior parte, cuidam essas entidades de estudos relativos aos respectivos Estados. Algumas dessas revistas, dada a antiguidade dos Institutos, alcançam já numeração bem alta, mais de 300 no caso do Instituto Brasileiro ou já se aproximando desse número, como o de Pernambuco, o segundo em antiguidade no país. Quase todos lutam com esforços inauditos, dado o alto preço dessas publicações, o que explica a

grande quantidade de convênios ou apoio de qualquer outra natureza por parte do poder público.

Tive oportunidade há pouco de receber certamente a mais recente das publicações dessa natureza - a do Instituto Histórico e Geográfico de Pelotas. Talvez seja mesmo o mais novo Instituto Histórico do país, pois data de 1982, tanto que só agora teve oportunidade de inaugurar suas publicações. Volume pequeno, que não chega oitenta páginas, contrariando a norma vigente em publicações similares, quase todas volumosas.

Todavia, apresenta a publicação pelotense uma particularidade que me comprazo em registrar: praticamente todo o seu conteúdo refere-se à cidade de Pelotas, o que constitui não só particularidade mas também originalidade. Não sei de nenhuma outra publicação do gênero (a não ser, em parte, a do Instituto de Juiz de Fora) que tenha tido essa preocupação, aliás muito significativa e freqüente entre os preclaros confrades e colegas do Rio Grande do Sul. É a terra gaúcha a única unidade da Federação que se preocupa realmente com a história local. Meu preclaro amigo e colega Professor Astrogildo Fernandes, de Porto Alegre, quase todo mês me envia um boletim, por ele preparado e distribuído, noticiando as publicações recentes sobre a história de cidades do Rio Grande do Sul. E chegam quase sempre a mais dez de um mês para outro. Não conheço exemplo similar no Brasil e não faz muito escrevi sobre isso neste mesmo local, lembrando o contraste entre o que ocorre no Rio Grande do Sul e em outros Estados, a começar por São Paulo. E a cobertura que se faz no Rio Grande, nesse levantamento histórico abrange todo o Estado e não apenas as áreas de colonização, como de início se fazia, mas também a Campanha, as Missões, o Litoral.

Tenho uma razoável vivência com o Rio Grande do Sul, pois aí vivi algum tempo no início de minha carreira. Sei, pois, o quanto a história marca profundamente o espírito e o caráter da terra gaúcha. Muito e muito conversei sobre isso com o caríssimo Barbosa Lessa e com o saudoso Taborda, de Bagé. Não sei, como disse, de nenhum outro Estado onde isso ocorra com a freqüência que se vê no Rio Grande. A simples existência de editoras que só publicam livros sobre o Estado, com os prezados amigos Rovilio e Martins à frente, diz melhor que qualquer outra coisa. Significativo o “slogan” de uma delas: “Abra um espaço para o Rio Grande em sua biblioteca”. Nos outros Estados, a começar por São Paulo, poderemos abrir o espaço que for possível, mas não teremos nada para preenchê-lo...

Cumprimentos ao IHGPEL e longa vida à sua publicação.
(26-8-1995)

*

294. HISTORIADOR PAULISTANO

Se lhe atribuo tal epíteto, não é simplesmente por ter ele nascido na capital paulista, mas pelo **paulistanismo** que marcou toda a sua vida e obra. Vida longa, de quase um século, sempre em São Paulo e para São Paulo, eis o que assinalou a existência de Antônio Barreto do Amaral, há pouco falecido, deixando uma valiosa produção de interesse especial para história da cidade de São Paulo. Foi com muita tristeza que, numa das últimas sessões do Instituto Histórico e Geográfico, ouvimos o confrade Célio Debes, seu leal amigo e companheiro, comunicar-nos a triste notícia. Foi um dos fundadores da Academia Paulista de História e membro efetivo do Instituto Histórico frequentando as duas entidades com a maior assuidade enquanto suas condições de saúde permitiram.

A história paulistana foi seu grande objetivo: biografando figuras expressivas de São Paulo, historiando os velhos teatros da cidade, arrolando e comentando suas publicações culturais, estudando um dos mais importantes bairros da cidade, elaborando valioso (e único) dicionário histórico paulista... Tudo, resultado de exaustivo e honesto trabalho de pesquisa. Nunca teve pressa em publicar o que escrevia. Tratava, antes, de revê-lo cuidadosamente, com receio que lhe escapasse, por descuido, alguma falha de que pudesse ser arguido. Pode-se, portanto, confiar no que escreveu.

Os vultos que biografou são expressivos: Pedro de Toledo, o governador paulista da revolução de 1932; Prudente de Moraes, o itauano que, juntamente com o campineiro Campos Sales e o mineiro Álvaro Botelho, constituiu o primeiro "trio" republicano eleito para a Câmara Imperial e que veio a ser, depois, o primeiro presidente civil da República; e José Carlos de Macedo Soares, um dos homens de mais intensa participação na vida pública de São Paulo e do Brasil, pois sua atuação transcendeu os limites do país, em sua função diplomática. Três biografias modelares, das melhores no gênero. Esperava-se que também escrevesse sobre Washington Luís, seu patrono na Academia Paulista de História, mas deixou essa atribuição ao seu querido

amigo Célio Debes, que já havia biografado a Campos Sales e que já se desincumbiu, parcialmente, do compromisso com o último presidente da Primeira República.

Ilustrou a preciosa coleção "Paulística" com duas obras valiosas: **História dos velhos teatros de São Paulo**, o mais completo levantamento da vida teatral paulistana até a inauguração do Teatro Municipal, em 1911, importante contribuição para o conhecimento da vida cultural, sobretudo artística da cidade; e uma obra de referência, única no gênero, conforme foi lembrado, que é o **Dicionário da História de São Paulo**: Prefaciando este Dicionário, lembrou o saudoso Brasil Bandecchi o atributo principal de Barreto do Amaral: "historiador de mérito, pela seriedade de seu trabalho e segurança de suas afirmações".

Trabalhos numerosos, de proporções menores, mas não de menor interesse, deixou o historiador paulistano esparsos por credenciadas publicações periódicas, abordando variada gama de temas: a representação paulista na Assembléia Constituinte de 1823, a Revolução Constitucionalista no romance histórico, o arquivo do Marquês de Valença e a Independência, a Força Pública Paulista (de saudosa memória), o romance histórico de Paulo Setúbal, as revistas de cultura editadas em São Paulo, desde a da Sociedade Philomatica (1833) até "Anhembi" (1950). E outras, ainda, a testemunharem não só a vocação para a pesquisa como a incrível disposição para o trabalho desse historiador, no seus 92 anos de paulistanismo (1903-1995) (16-9-1995).